

# Mercado de Trabalho

conjuntura e análise

ANO 27 | março de 2021

71

**Governo Federal**

**Ministério da Economia**

**Ministro** Paulo Guedes

**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

**Presidente**

Carlos von Doellinger

**Diretor de Desenvolvimento Institucional**

Manoel Rodrigues Junior

**Diretora de Estudos e Políticas do Estado,  
das Instituições e da Democracia**

Flávia de Holanda Schmidt

**Diretor de Estudos e Políticas  
Macroeconômicas**

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,  
Urbanas e Ambientais**

Nílo Luiz Saccaro Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação  
e Infraestrutura**

André Tortato Rauen

**Diretora de Estudos e Políticas Sociais**

Lenita Maria Turchi

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas  
e Políticas Internacionais**

Ivan Tiago Machado Oliveira

**Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação**

André Reis Diniz

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

# Mercado de Trabalho: conjuntura e análise

**CORPO EDITORIAL**

**Editor Responsável**

Carlos Henrique Leite Corseuil

**Membros**

Felipe Mendonça Russo

Lauro Ramos

Sandro Pereira Silva

Sandro Sacchet de Carvalho

**Equipe de Apoio**

Bruna de Souza Azevedo

Carolina Lopes de Carvalho Vital

Gabriela Carolina Rezende Padilha

Máira Albuquerque Penna Franca

Leandro Pereira da Rocha

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2021

---

Mercado de trabalho : conjuntura e análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho. – v.1, n.0, (mar.1996)- .- Brasília: Ipea: Ministério do Trabalho, 1996-

Irregular (de 1996-2008); Trimestral (de 2009-2012); Semestral (a partir de 2013).

Título da capa: Boletim Mercado de Trabalho (BMT)

ISSN 1676-0883

1. Mercado de Trabalho. 2. Estatísticas do Trabalho. 3. Brasil. 4. Periódicos. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. II. Brasil. Ministério do Trabalho.

CDD 331.1205

---

As publicações do Ipea estão disponíveis para download gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

# ECONOMIA SOLIDÁRIA E OBTENÇÃO DE CRÉDITO: UMA CONTRIBUIÇÃO PROPOSITIVA À LUZ DO PRESENTE<sup>1</sup>

Davi de Pinho Spilleir<sup>2</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

No mundo competitivo moderno, em que o desemprego é uma variável estrutural e a precarização parece cada vez mais uma regra, pouco tem se discutido com o rigor e a profundidade merecidas uma das formas de dirimir os efeitos nefastos que o desemprego cria: a economia solidária. De fato, desde a extinção da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) e o rebaixamento do Ministério do Trabalho à secretaria vinculada ao Ministério da Economia (Silva, 2020a), poucas são as publicações e mais raros ainda os dados públicos disponíveis sobre o tema.

O último grande estudo conduzido a nível nacional para se entender a dimensão da economia solidária no Brasil foi segundo Mapeamento Nacional da Economia Solidária do Brasil (2013), realizado pelo Ministério do Trabalho e compilado por meio do Senaes em 2013. Nele mostra-se que, naquele momento, o Brasil possuía 19.708 empreendimentos de economia solidária (EES), sendo 40,8% localizados na região Nordeste, 16,7% no Sul, 16,4% no Sudeste, 15,9% no Norte e 10,3% no Centro-Oeste (Silva, 2020b).

Mais robusto e mais completo na integralidade dos dados, o segundo Mapeamento Nacional da Economia Solidária do Brasil demonstrava um avanço com relação ao primeiro mapeamento, realizado seis anos antes. A economia solidária era parte dos planos do governo e crescia, entretanto, ainda que a economia solidária se mostrasse como uma boa via alternativa para promover inclusão, sentido de pertencimento e ajudasse em um ciclo gerador de renda local, um problema era latente no mapeamento: os EES estavam constantemente sujeitos a problemas financeiros que levavam, em diversos casos, à falência. O problema mais recorrente e que mais motivou falências foi a dificuldade de obtenção de crédito, e as principais razões que impossibilitavam a obtenção de crédito eram, respectivamente: a burocracia dos agentes financeiros (27,5%); a falta de apoio para elaborar projeto (15,7%); a taxa de juros elevada (12%); a falta de linha de crédito específica (11,9%); e os prazos de carência inadequados (6,9%) (Silva, 2020c).

E esse problema já era conhecido. Valentin e Serra (2012), em outra abordagem prévia à do segundo Mapeamento Nacional da Economia Solidária do Brasil (2013), demonstravam que 27,8% dos empreendimentos acreditavam que as linhas de crédito eram muito escassas, 22,9% dos empreendimentos não acessavam o crédito por falta de documentação, 16,8%

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt71/economiasolidaria4>

2. Pesquisador de economia solidária pela Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária (ABPES). E-mail: <d\_spilleir@hotmail.com>.

não conseguiam elaborar um projeto adequado de financiamento, 15% viam os juros como abusivos, 13,5% não possuíam as garantias necessárias que os bancos comerciais demandavam e 4% não viam os prazos como adequados. Os autores concluíram que a ausência de crédito acarretava a não realização de investimentos e a dificuldade de aquisição de insumos e matérias-primas. Adicionalmente a isso, impedia o escoamento adequado da produção e, em última análise, impunha severas restrições ao crescimento das cooperativas (Valentin e Serra, 2012).

Ora, tendo em vista que o maior problema mostrado pelas referências diz respeito à dificuldade de acesso ao crédito, o objetivo deste trabalho é fazer uma contribuição propositiva, evidenciando elementos balizadores e úteis a EES no que concerne à obtenção de crédito. Para tanto, ele se desenvolve a partir de uma pesquisa bibliográfica, definida por periódicos e livros clássicos dos temas, e principalmente em documentos oficiais e referências obtidas em acervos confiáveis e relevantes como o Google Acadêmico e a Biblioteca Eletrônica Científica *Online* (em inglês, *Scientific Electronic Library Online* – SciELO), orientada por palavras-chave como “economia solidária”, “empreendimento” e “crédito”.

Para a análise dos elementos identificados na pesquisa, foi estabelecida uma categorização em relação à percepção dos atores envolvidos, no tocante às seguintes dimensões: i) a visão institucional, isto é, fatores externos que fogem do controle do empreendimento e, portanto, não podem ser controlados, mas devem necessariamente ser observados; e ii) a visão de usuário, com elementos que podem ser controlados e melhorados dentro dos próprios EES. Desta categorização, surge a necessidade de identificação dos elementos que sejam relevantes a cada uma das visões no tocante ao processo de obtenção de crédito na economia solidária.

Por fim, foi aplicado, com o apoio da ABPES, um questionário com perguntas abertas e fechadas para verificar se a contribuição propositiva, evidenciando elementos balizadores e úteis a EES no que concerne à obtenção de crédito propostos neste trabalho, é factível e se novos elementos importantes nesse cenário surgem decorrentes das respostas aos questionários. A coleta de dados contou com a participação de 25 EES de diferentes estados e regiões do Brasil e das mais variadas finalidades, entre elas; produção, consumo ou uso coletivo de bens, comercialização, prestação de serviços, troca de produtos ou instituições de finanças solidárias etc.

## 2 O PANORAMA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

É fato que atualmente a economia solidária sofre enormes retrocessos no que se refere a apoio governamental, principalmente com a extinção de seus principais órgãos de fomentos, e que o próprio trabalho sofre severos reveses com a retirada de direitos. Porém, esse cenário nem sempre foi assim (Silva, 2020a). O panorama da economia solidária no Brasil, até 2016, isto é, passados quatorze anos da criação da Senaes, parecia ser bastante favorável até então. Tece-se tal comentário ante a perspectiva mostrada pelo próprio Senaes (2013) de que dos EES então existentes, 65,1% foram criados a partir de 2000, 27,3% na década de 1990, 5,9% nos anos de 1980, e menos de 2% nas décadas anteriores. Ou seja, a década de 2000 havia sido decisiva para a consolidação da economia solidária no país, envolvendo associações de

agricultura familiar, empresas recuperadas e administradas por trabalhadores, cooperativas de coleta de material reciclável e de costura, cujos motes principais norteadores são produção limpa, agricultura orgânica e materiais de excelente qualidade, preferencialmente de origem também cooperativa.<sup>3</sup>

A predominância destes EES se dava mais comumente nas áreas rurais, concentrando 54,8% dos empreendimentos, além de 34,8% em áreas urbanas e 10,4% em ambas as áreas. A classificação de suas atividades, de acordo com os dados, era a seguinte: i) produção e comercialização, 56,2%; ii) consumo e uso coletivo dos bens pelos sócios, 20,1%; iii) comercialização, 13,3%; iv) prestação de serviços, 6,6%; v) trocas, 2,2%; e vi) créditos ou finanças, 1,7% (Senaes, 2013).

Os EES, além de proporcionarem alto senso de sociabilidade e incluir pessoas que seriam muitas vezes marginalizadas, também demonstravam tendência à inclusão de mulheres em cargos de liderança, mesmo com elas sendo minoria em quantidade absoluta no total desses empreendimentos – 803.373 homens contra 620.258 mulheres – (Senaes, 2013).

Com o desmantelamento da estrutura da economia solidária a nível nacional, a vertente da economia que deveria estar sendo discutida para ressignificar papéis e inserir pessoas marginalizadas, passou a ser deixada de lado, sendo exclusivamente tratada em algumas poucas iniciativas nos estados e municípios, mas longe de ser algo coordenado enquanto país (Silva, Morais e Santos, 2020).

Dados importantes com relação à possibilidade de sobrevivência dos EES foram trazidos à luz pelo estudo conduzido por Kuyven e Kappes (2013), ao comparar os empreendimentos analisados no primeiro e no segundo mapeamentos nacionais. Os autores sinalizam que sobreviveram primordialmente aqueles empreendimentos que tinham um índice maior de solidariedade, em detrimento ao de maior empreendedorismo, o que motivava maior estabilidade laboral aos associados. Ademais, também foram fundamentais para a perenidade destes empreendimentos os seguintes elementos: gestão transparente, maior qualidade de bens e serviços, capacidade de obtenção de crédito e investimento, remuneração e vínculo regular dos trabalhadores, investimento na formação dos recursos humanos, penetração ampla no mercado e ocorrência de férias e/ou descanso semanal para os sócios que trabalham no EES.

Os dados de Senaes (2013) evidenciam que a principal motivação para participação em tais empreendimentos era financeira, uma vez que: 48,8% dos associados procuravam essa opção por ser uma fonte complementar de renda; 46,2% por ser uma alternativa ao desemprego; e 43,1% por maiores ganhos em empreendimentos associativos.

Quanto aos retornos existentes, 43,2% dos EES indicaram produzir excedentes após o pagamento de suas despesas, de forma que é no viés econômico que a economia solidária mostra sua faceta mais criativa e interessante. Contudo, chama atenção as restrições que os EES

3. Empreendimentos... (2014) demonstrava que a economia solidária representaria uma monta em torno de 8% do produto interno bruto (PIB) brasileiro.

se deparam frente ao sistema convencional bancário para a obtenção de crédito. Frente a essas limitações, os EES criaram então distintos métodos, também solidários, de financiamento: as finanças solidárias.

### 3 FINANÇAS SOLIDÁRIAS E A SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A distorção que representa maior impeditivo para a sobrevivência de EES jaz na dificuldade de obtenção e manutenção de crédito. Por serem em sua maioria pequenos e muitas vezes incapazes de oferecer as garantias que o sistema financeiro convencional exige, muitos desses empreendimentos veem-se marginalizados e fadados à falência, sem recursos para investir e – muitas vezes – com dificuldades de manter fluxo de caixa.

Para que se houvesse uma mitigação desses problemas enfrentados, o sistema solidário resolveu encontrar seus próprios métodos de financiamento e que englobassem a mesma lógica de solidariedade, cooperação e participação coletiva. Nesse sentido, surgiram as chamadas finanças solidárias, que, de acordo com Senaes (2013):

Distinguem-se do sistema financeiro convencional pelas regras de acesso e funcionamento qualitativamente diferenciadas que são definidas solidariamente pelas comunidades ou conjunto de associados. (...) as finalidades das iniciativas de finanças solidárias estão relacionadas ao alcance de objetivos comuns, de promoção do desenvolvimento local por meio da dinamização do consumo e da produção de bens e serviços da própria comunidade. Distinguindo-se, portanto, do sistema financeiro que visa a acumulação ou obtenção de valorização dos recursos financeiros com base na especulação.

De acordo com Singer (2003), a principal via de promoção das finanças solidárias ocorre por meio da concessão creditícia, mais comumente pelo microcrédito, ou seja, pequenas quantias emprestadas a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional. Para se pôr em prática todas essas operações, Singer (2003) elucida que três pilares sustentam essa iniciativa: cooperativas de crédito, bancos comunitários e fundos solidários.<sup>4</sup>

Sobre as cooperativas de crédito, BCB (2018) define que esta modalidade se distingue das demais formas bancárias, sobretudo por três aspectos: i) os cooperados são donos e usuários da instituição; ii) os associados contam com poder de voto independente de sua cota de participação no capital social; e iii) o cooperativismo não é baseado na geração de lucro, os direitos e deveres são iguais e a participação é de livre adesão.

A força que o cooperativismo de crédito brasileiro assumiu é expressiva, sendo a sexta maior entidade financeira do país. O Portal Cooperativismo de Crédito mostra que eram tutelados por sistemas de cooperativas de crédito 3,57% de todos os ativos bancários brasileiros, 6,84% dos depósitos, 3,42% das operações de crédito, estando à frente de grandes bancos, como Safra, Citibank e Banrisul (Depósitos... 2016).

4. Para uma análise mais aprofundada sobre os três modelos de finanças solidárias aqui explicitados, ver Silva (2020c).

A segunda forma de finanças solidárias a ser apresentada é a dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), experiências *sui generis* que servem de apoio ao desenvolvimento local de economias populares. Suas principais características são: i) a gestão feita pela própria comunidade, no referente à administração de serviços; ii) o sistema integrado para vertentes creditícias, de produção, comercialização e capacitação; e iii) a circulação de moeda social, em paralelo à moeda corrente do país (Silva Júnior, Gonçalves e Calou, 2007).

Assim como os outros modelos, a relevância para a questão social deste tipo de método solidário de financiamento reside, principalmente, na inclusão sócio-financeira propiciada. Segundo França Filho (2004), essa utilidade social do investimento financeiro implica na aplicação ética do dinheiro, por meio da promoção de ações que vão além da finalidade econômica, mas que incorporam outros valores como a luta contra a exclusão, a questão da preservação ambiental, a valorização da cultura, tendo como fim o próprio desenvolvimento local. Desta forma, propõe-se que a iniciativa venha da própria organização da sociedade, e não imposta.

O último dos métodos constituintes da economia solidária são os fundos rotativos. De acordo com Santos Filho *et al.* (2013), fundos rotativos solidários constituem-se de mecanismos localizados de apoios financeiros, de pagamentos flexíveis, destinados a atividades produtivas associativas, que utilizem como preceitos básicos a gestão compartilhada e a convivência solidária entre os participantes envolvidos.

Gonçalves (2010) explica que, de uma maneira sucinta, esses fundos são na realidade uma forma de poupança comunitária e que parte dela é reinvestida na própria comunidade, para benefício coletivo. A ideia principal por trás da iniciativa é, segundo a autora, além do combate extensivo à insegurança alimentar, a disponibilização de recursos (monetários e não monetários), com burocracia reduzida, para a produção de bens e serviços localmente.

Singer (2003) e Silva (2020c) demonstram que os fundos rotativos tendem a ser mais utilizados nas áreas rurais do que urbanas, sendo de suma importância para a aquisição de pequenas máquinas, cercas, construção de cisternas para melhor captação e armazenamento de água da chuva, entre outros pequenos investimentos.

Em suma, todas as três propostas de finanças solidárias – denominadas por Silva (2020c) de empreendimentos de finanças solidárias – prestam um importante trabalho de combate à marginalidade, promoção social, inclusão financeira e enfrentamento do ciclo de pobreza.

#### **4 ELABORAÇÃO DE UMA CONTRIBUIÇÃO PROPOSITIVA PARA A MITIGAÇÃO DE PROBLEMAS CREDITÍCIOS**

Diante do que foi exposto até o momento, no contexto da economia solidária, alguns fatos e características são interessantes de serem observados no sentido de contribuir para que o objetivo deste trabalho seja atingido. Um primeiro ponto a ser considerado, para o qual a análise se voltará, deve necessariamente ser a classificação da atividade econômica desempenhada por cada um desses empreendimentos. Ao longo deste estudo, explorou-se que há seis categorias distintas. A análise sobre a natureza das operações poderá ser um diferencial junto às instituições, o que lhes servirá ou de auxílio, ou de dificultador para obtenção creditício.



E não apenas a classificação da atividade econômica destes empreendimentos parece ser marcante, mas também a estrutura com que essas unidades estão organizadas. Empreendimentos familiares tendem a ter problemas de dissociação do patrimônio dos seus sócios. Os riscos embutidos nessas operações tendem a ser demasiadamente elevados com essa configuração.

Indispensável para a análise parece ser também o porte no qual esses empreendimentos adquiriram e se há ou não presença de redes de cadeia de suprimento solidária. Este tem sido apontado como um fator bastante relevante para a sobrevivência dos componentes da economia solidária, uma vez que, com a presença de mais EES na região e com operação conjunta, torna-se possível a criação de sinergia, ganho de robustez e desenvolvimento plurilateral (Silva, 2020b). Isto é, todos aqueles envolvidos no processo de associação acabam ganhando, quer em redução de custos, quer em ganho de eficiência. A formação ou não de cadeias de valor pode se mostrar ser mister para compreender as dificuldades creditícias enfrentadas.

Os métodos de financiamento utilizados pelas cooperativas também não devem ser desprezados e a percepção sobre eles configura-se como elemento importante. Um movimento razoavelmente comum entre as cooperativas de maior porte e maior disponibilidade de recursos é a criação de grandes fundos ou bancos para seu próprio aporte e uso. Por outro lado, entre os empreendimentos de pequeno porte, as formas encontradas para financiamentos são das mais variadas espécies (Silva, 2020c).

De mesma forma, saber se na localidade em questão há a presença de empreendimentos de finanças solidárias também pode ser um fator de peso nas decisões futuras para aqueles que enfrentam as restrições já discutidas ao longo deste texto.

Considerando-se o principal ponto desta pesquisa e tendo sido salientado previamente que um dos maiores problemas listados no segundo Mapeamento Nacional da Economia Solidária do Brasil se refere à obtenção de crédito, também se tem por bem analisar se há taxas de juros para os projetos que possibilitariam sua tomada, se há linhas específicas de crédito para tais investimentos, se há apoio à elaboração de tais projetos,<sup>5</sup> e, por fim, se os prazos negociados seriam de fato viáveis.

A presença estatal deve ser tomada como força motriz para o desenvolvimento local dos empreendimentos. Por ser a maior força balizadora, independentemente de qual instância tratada, o Estado é o único agente capaz de formular políticas públicas que potencializem um sistema alavancador e facilitador à obtenção de crédito por empreendimentos dessa natureza.

Outra consideração a ser feita está na corroboração ou refutação de uma das máximas lançadas durante a construção teórica, de que ao se comparar o primeiro e o segundo mapeamentos nacionais percebia-se que sobreviveram primordialmente aqueles empreendimentos que apresentaram maior grau de solidariedade, considerando-se as vertentes de autogestão, cooperação, gestão econômica e solidariedade.

5. Sobre essa questão, ganha importância a ação de organizações voltadas ao apoio e à assessoria aos EES no Brasil. Ver Silva (2020d).



Os quadros 1 e 2 servem para mostrar a síntese destes conceitos demonstrados há pouco, onde são destacados os elementos que facilitam a obtenção de crédito e os motivos pelos quais são importantes, divididos em duas categorias: de usuário e institucional.

Os elementos para os usuários são aqueles que podem ser controlados e melhorados dentro dos próprios EES, ao passo que na categoria institucional estão fatores externos, que fogem do controle da empresa, e, portanto, não podem ser controlados, mas devem necessariamente ser observados.

**QUADRO 1**  
**Elementos que facilitam a cessão de crédito – visão do usuário**

Elemento	Motivo de ser importante para a obtenção de crédito
Classificação da atividade econômica	Pesquisas demonstram que os empreendimentos mais próximos às atividades produtivas têm mais facilidade de obtenção creditícia. Analisar a classificação da atividade econômica poderá ajudar a consubstanciar a situação do requerente ante os agentes bancários.
Estrutura do empreendimento	São apresentados como de dificuldade obtenção creditícia empreendimentos excessivamente familiarizados, pouco profissionalizados, em que o patrimônio dos sócios se confunde com o da empresa, tratado como elemento crítico aos riscos.
Presença de cadeia de suprimentos solidária	A presença de cadeia de suprimentos solidária cria um ciclo virtuoso entre os empreendimentos. Esse fluxo de renda, além de poder alavancar negócios, também pode resultar em financiamentos coletivos, desde que favoreça a cadeia como um todo.
Presença de instituições de finanças solidárias	As instituições de finanças solidárias, por não serem condicionadas às lógicas convencionais de mercado, não são movidas por ativos. Por isso, apresentam menores exigências burocráticas, tratamento mais humanizado, maior capilaridade à microempreendimentos.
Apoio na elaboração de projetos	Por serem pequenos e muitas vezes pouco profissionalizados, a dificuldade de apresentar um projeto coerente acaba se tornando um inviabilizador ante às instituições financeiras. Quinze vírgula sete por cento dos EES consideravam este um fator crítico.
Grau de solidariedade	Na realização dos dois Mapeamentos Nacionais de Economia Solidária, notou-se que primordialmente aqueles com maior grau de solidariedade sobreviveram e apresentaram maior robustez. O grau de solidariedade, parece ser um bom indicativo sobre as condições de viabilidade de empreendimentos dessa natureza.

Elaboração do autor.

**QUADRO 2**  
**Elementos que facilitam a cessão de crédito – visão institucional**

Elemento	Motivo de ser importante para a obtenção de crédito
Métodos de financiamento utilizados	Os métodos de financiamento utilizados pelos empreendimentos constituem ponto relevante ao entendimento de viabilização creditícia, pois possibilita que se tracem planos aos empreendimentos que venham a se situar sobre quais possibilidades podem pleitear para que consigam propiciar acesso ao capital.
Taxa de juros aplicada aos projetos	Pela necessidade de garantias que esses empreendimentos muitas vezes não podem oferecer, os bancos tendem a embutir esses riscos nas taxas de juros, não por menos, este foi um dos elementos considerados primordiais no Senaes.
Existência de Políticas Públicas locais	O governo tem um papel significativo de incentivador à redução de pobreza e disparidades. Atualmente, apenas alguns estados ou cidades possuem articulações estatais com a economia solidária. Compreender sua existência ou não, pode favorecer a obtenção creditícia.

(Continua)

(Continuação)

Elemento	Motivo de ser importante para a obtenção de crédito
Linha de crédito específica	Não apenas em instituições de finanças solidárias, mas também nos bancos do governo, ocorre de haver linhas de crédito específicas para alguns tipos de aquisições, como maquinários. Este ponto relaciona-se com o interior, porém compreende também a existência de linhas de crédito em instituições privadas.
Prazos de carência	Sete por cento dos EES apontavam que os prazos estipulados pelos agentes financeiros eram pouco interessantes para a viabilidade de seus financiamentos, de forma que parece ser evidente que tais empreendimentos, para conseguirem honrar esses investimentos, necessitam de prazos adequados com a intenção de não haver desestruturação de seu capital de giro e fluxo de caixa.

Elaboração do autor.

Os quadros 1 e 2 contemplam os objetivos delineados para este trabalho em sua plenitude, isto é, são duas contribuições propositivas que problematizam as dificuldades de obtenção de crédito dos EES por meio de elementos relevantes do ponto de vista institucional e de usuário.

A utilização desse instrumento serve, inclusive, como ferramenta de apoio à decisão das unidades que venham a utilizá-lo. Supondo-se, por exemplo, que haja uma cooperativa com planos de obtenção creditícia para uma expansão de pátio produtivo, sabendo-se as garantias bancárias são sisudas, seguramente ela se atentará aos elementos institucionais e de usuário destacados. Ela averiguará, por exemplo, se seu negócio possui distinção plena entre os capitais dos cooperados e o da cooperativa, se possui capacidade de elaboração de um projeto aceitável por instituições bancárias, se há empreendimentos de finanças solidárias (BCDs ou cooperativas de crédito), pois tendem a ter condições mais acessíveis de financiamento e se seria possível criar sinergia com demais cooperativas para favorecimento mútuo.

Tendo todos esses fatores alinhados e bem definidos, é um momento adequado para se verificar as condições relativas ao pleito creditício, sobretudo a partir das seguintes questões: ante quais instituições requerer esse crédito? Quais taxas de juros aplicadas pelos bancos? É possível algum beneficiamento quer via política pública, quer via linha de crédito específica? Qual o prazo para pagamento?

A compilação desses dados servirá de ponto norteador para a tomada de decisão e o rearranjo interno de eventuais debilidades que sejam dificultadoras da cessão de crédito ao empreendimento de economia solidária que for utilizá-la.

## 5 VERIFICAÇÃO DA PERTINÊNCIA DOS ELEMENTOS PROPOSTOS NA CONTRIBUIÇÃO PROPOSITIVA

Este trabalho já seria suficiente em sua contribuição, se, por meio de seus elementos, pudesse servir de auxílio para dirimir as dificuldades de obtenção creditícia. Entretanto, é importante consultar EES para saber se os elementos propostos nesse trabalho são significativos e se outros elementos não destacados poderiam complementar a proposta. Assim, foram consultados 25 EES, no mês de julho de 2020.

As respostas foram obtidas por meio de uma pesquisa de campo, munida de um questionário com quinze perguntas, abertas e fechadas, e que contou com o auxílio da ABPES para que a amostra fosse heterogênea e que houvesse a capilaridade da pesquisa em diferentes regiões do país.

Dos 25 empreendimentos que responderam ao formulário, houve representação de todas as regiões do país – assim como no segundo Mapeamento Nacional da Economia Solidária do Brasil (Senaes, 2013). Aquelas instituições de produção ou comercialização foram a maioria, com 72% das respostas; enquanto poupança, crédito e finanças solidárias, consumo e prestação de serviços, representaram 8% cada uma; por fim, organização de comercialização, com 4%.

Contudo, não apenas cooperativas responderam. Em verdade, os grupos informais foram a categoria mais representativa, com 40% das respostas; seguidos pelas associações e cooperativas, com 28% cada uma; e sociedade mercantil, com 4%. Tais empreendimentos possuíam estrutura majoritariamente mista, isto é, familiares e com algumas atividades profissionalizadas (60%). As totalmente familiares representaram 28% dos entrevistados e as totalmente profissionalizadas, 12%.

Quando questionados sobre os motivos que fazem com que participem destes empreendimentos, as respostas foram: alternativa ao desemprego, com 28% das respostas; desenvolvimento de atividade onde todos são donos, com 20%; fonte complementar de renda, com 16%; motivação social, filantrópica ou religiosa, com 12%; condição exigida para ter acesso a financiamentos, com 8%; obtenção de maiores ganhos, com 4%; e outros, com 12%. Nessa categorização de “outros”, as respostas eram abertas e surpreendentes: uma das pessoas respondeu que via na economia solidária uma maneira de sair da violência doméstica, outra que era por identificação à causa comunitária, outra para a obtenção de consultoria técnica, e o outra que almejava chegar a um salário mínimo.

Nesta questão ressaltam-se dois pontos extremamente relevantes da economia solidária, que é a possibilidade de criação de laços, de sentido de pertencimento e de emancipação humana, como é possível notar nas respostas abertas. E que o tema econômico, isto é, auferir renda, é o principal motivador para a adesão das pessoas.

Todavia, nota-se um fato curioso: a despeito desta ser a principal razão, poucos foram os empreendimentos que registraram sobras em 2019: 64% deles alegaram não ter sido registrados excedentes no último ano. Daqueles que puderam obter sobras, as aplicações foram as seguintes: fundo de reserva para eventualidades, com 16%; distribuição entre sócios para integralização de capital, com 8%; fundo de reserva para investimentos, com 4%; fundo de reserva para apoio a outros empreendimentos, com 4%; outros tipos de destinação; e, por fim, com 4%, ficaram os empreendimentos sem o registro do que seria essa outra destinação.

A ausência de sobras ou a aplicação em fundos de reserva talvez ajude a entender o motivo de, em 2019, 52% dos empreendimentos não terem buscado financiamentos, 40% terem tentado, porém não obtido, e apenas 8% terem buscado e obtido.

Nesse sentido, a situação dos empreendimentos parece ser alarmante, pois há uma maioria destes que não consegue obter excedentes e uma outra parcela significativa tentando se resguardar, isto é, fazendo fundos de reserva. Há apenas uma minoria realizando integralização de capital dos sócios.

Àqueles que tiveram seus pedidos de crédito negado (esta pergunta era atemporal), 44,4% das respostas apontava que havia sido pela falta de linha de crédito específica; 33,3% pela falta de apoio na elaboração de projeto; e 22,2% destacavam as taxas de juros elevadas.

Entretanto, as respostas apresentavam outras feições quando indagados quais destes elementos consideravam importantes para a obtenção creditícia, isto é, quais dificultariam (esta pergunta aceitava mais de uma resposta). Na visão dos entrevistados, o maior empecilho era a falta de apoio para elaboração de projetos, com 52% das respostas; seguida de burocracia dos agentes financeiros, com 40%; falta de linha de crédito específica, com 32%; taxa de juros elevadas, com 24%; e prazos de carência inadequados, com 12%.

Estes pontos são consonantes à construção teórica, no sentido de que todos são vistos como relevantes e, de certa forma, diretamente impactantes à obtenção creditícia. Curioso é perceber que o ranqueamento destas variáveis mudou desde o segundo Mapeamento Nacional da Economia Solidária do Brasil (2013), quando, naquela ocasião, a burocracia dos agentes era tida como o maior dos empecilhos, seguida de falta de apoio para elaboração de projetos, taxas de juros adequadas, falta de linha de crédito específica e, por fim, prazos inadequados. Nas entrevistas conduzidas para a pesquisa deste artigo, nota-se que a falta de apoio para elaboração de projetos ganha maior notoriedade. A falta de linha de crédito específica também parece ter obtido maior destaque na realidade dos empreendimentos.

Da presença de finanças solidárias, 52% dos entrevistados alegaram que em suas localidades não havia tais instituições. Entretanto, na hipótese de existência, não houve unanimidade sobre serem estas as de sua preferência para a obtenção de crédito: 88% dos entrevistados prefeririam as instituições de finanças solidárias, ao passo que 12% optariam por bancos públicos ou privados.

Ora, é sabido que as instituições participantes das finanças solidárias possuem tendência à menores taxas de juros e maior apoio ao microcrédito, a inexistência em mais de metade das localidades pesquisadas é um bom indicativo do motivo das respostas anteriores – burocracia excessiva, taxa de juros elevada etc. – (Silva, 2020c).

Também se nota grande desconhecimento com relação às políticas públicas que poderiam beneficiá-los: 56% dos empreendimentos desconheciam se havia linhas de crédito específica ou políticas públicas locais; coincidentemente, este é o mesmo percentual daqueles que dizem não necessitar de financiamento no presente momento.

Sendo o estado um dos grandes indutores de crédito e, inclusive, com grandes recursos direcionados para a agricultura familiar – apenas para citar um dos ramos em que ele é presente –, o desconhecimento com relação às políticas públicas é extremamente lesivo aos empreendimentos que buscam viabilidade financeira ou cessão creditícia.

Ao encarar os dados tabulados das respostas, percebe-se que a contribuição propositiva deste trabalho é pertinente, sendo, inclusive, a única unanimidade ao longo da pesquisa. Isto é, de que todos acreditavam na utilidade de um instrumento de apoio que elencasse informações relevantes à obtenção de crédito. Ainda assim, a despeito dos esforços desta pesquisa de campo suscitar outros elementos que pudessem haver passado despercebidos na construção teórica, nenhum outro elemento adveio das respostas dos empreendimentos, ao contrário, serviram para reafirmar que a contribuição propositiva segue na direção acertada.

## 6 CONCLUSÃO

Este artigo objetivou realizar uma contribuição propositiva à mitigação de problemas na cessão de crédito aos EES e o fez por meio da elaboração de dois instrumentos de análise, um sob a ótica de usuário e outro sob a ótica institucional e de uma pesquisa de campo que contou com ampla representatividade de EES que puderam validar a pertinência e adequação dos elementos propostos.

A divisão em as duas categorias que constituíram a contribuição propositiva deu-se para que houvesse uma mais clara mensuração entre aquilo que pode ser controlado pela cooperativa, como um fundamento interno, passível de correções, e aquilo que foge de seu controle, porém que impacta severamente suas atividades e mais, a viabilidade de sua obtenção creditícia.

Com o levantamento de base teórico-conceitual, foi possível notar que a economia solidária desempenha um papel significativo na vida de milhões de pessoas direta e indiretamente, com a vênua de que, como destacado ao longo da pesquisa, nem todo empreendimento coletivo possui alinhamento automático com as premissas solidárias. Em verdade, há muitas destas instituições que só surgem para algum tipo de benfeitoria própria, como são as *coopergatos*, por exemplo, que acabam por promover maior espoliação dos trabalhadores e depauperamento de direitos.

Entretanto, este artigo demonstra serem cabais os empecilhos no tocante à sustentabilidade financeira e perenidade dos empreendimentos.

Um pequeno aparte desta conclusão convém remeter à condição das instituições de finanças solidárias, pois sua relevância social e local é maior que a simples relação entre comunidade e agência bancária. Em especial, nos BCDs, por ser a comunidade parte constituinte e força motriz de sua criação, sua relação com a instituição transcende a relação do pragmatismo financeiro. É exatamente essa relação que impede que haja replicabilidade não orgânica destas instituições, não sendo produtos pré-feitos, mas resultado de um clamor social.

Por outro lado, no que se refere às cooperativas de crédito, são instrumentos relevantes para a inserção de pessoas no chamado “mercado financeiro”, proporcionam, por meio de um tratamento mais humanizado, a possibilidade de pessoas saírem da condição de páreas e se identificarem como cidadãs. Suas ligações são ainda mais próximas pela questão de, como cooperados, serem chamados a opinarem nas decisões, por meio de assembleias e não necessitam, necessariamente, desse movimento orgânico para sua criação, sendo passível de replicação em demais localidades.

Mesmo com todos os esforços das finanças solidárias em promover um acesso mais influente ao sistema financeiro, com taxas mais baixas de juros, menores garantias pedidas e maiores prazos, as dificuldades financeiras ainda se mostram demasiadamente sisudas aos EES, que acabam por ter sua vida abreviada pela falta de capital para investimento.

Portanto, a relevância por trás deste trabalho e desta contribuição está justamente em querer mitigar esse tipo de percalço, de fazer com que os empreendimentos possuam condições mínimas de reagir à essa situação, fazerem-se mais profissionais e com maiores condições de estruturação e bases para decisão de escolha.

## REFERÊNCIAS

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é cooperativa de crédito?** BCB, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3fQUgXS>>. Acesso em: 7 mar. 2020.

DEPÓSITOS: participação de mercado das instituições financeiras cooperativas ultrapassa 6%. 2016. **Cooperativismo de Crédito**, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3fQkWrH>>. Acesso em: 26 ago. 2020.

FRANÇA FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? **Cadernos EBAPE.BR**, v. 2, n. 1, 2004.

GONÇALVES, A. F. A história dos fundos solidários no estado da Paraíba: a construção político-institucional de uma política pública. **Revista Gestão Pública: Práticas e Desafios**, Recife, v. I, n. 1, p. 225-241, fev. 2010.

KUYVEN, P. S.; KAPPES, S. A. Relação entre o grau de solidarismo e o índice de sobrevivência de empreendimentos econômicos solidários na região sul do Brasil. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL RULESCOOP, 8., São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2013. **Anais...** São Leopoldo: Rulescoop, 3-7 dez. 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/3t0Pxqf>>. Acesso em: 4 mar. 2020.

EMPREENHIMENTOS de economia solidária representam 8% do PIB brasileiro. **Rede Brasil Atual**, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3wDSLCE>>. Acesso em: 3 set. 2020.

SANTOS FILHO, C. *et al.* Fundo rotativo solidário do Fórum de Economia do Negro: uma experiência de finanças solidárias com recorte racial em Fortaleza, Ceará. **Cadernos de gestão social**, v. 3, n. 2, jul./dez. 2012.

SENAES – SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Atlas digital da economia solidária. **Projeto Sies**, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/39TgOU7>>. Acesso em: 4 abr. 2020.

SILVA, S. P. A política nacional de economia solidária no ciclo de planejamento orçamentário (2004-2019): da inserção na agenda à crise de paradigma. *In*: SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020a.

\_\_\_\_\_. Dimensões socioestruturais dos empreendimentos de economia solidária no Brasil. *In*: SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020b.

\_\_\_\_\_. Finanças solidárias no Brasil: caracterização, tipos organizacionais e suas dimensões estruturais. *In*: SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020c.

\_\_\_\_\_. Entidades de apoio e fomento à economia solidária no Brasil: uma análise exploratória. *In*: SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020d.

SILVA, S. P.; MORAIS, L. P.; SANTOS, D. S. Repertório programático e resiliência das políticas subnacionais de economia solidária no Brasil: síntese de experiências estaduais e municipais. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Ipea, n. 70, 2020.

SILVA JÚNIOR, J. T.; GONÇALVES, S. M. S; CALOU, A. L. **Os bancos comunitários como instrumento de desenvolvimento socioeconômico de territórios**: investigando as singularidades destas experiências de finanças solidárias. [s.l.]: Anpad, 2007.

SINGER, P. **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003.

VALENTIN, F. F.; SERRA, N. **O acesso ao crédito pela economia solidária**: cenário de restrição num universo de expansão. [s.l.]: Aninter, 2012.



## **Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

### **EDITORIAL**

#### **Chefe do Editorial**

Reginaldo da Silva Domingos

#### **Assistentes da Chefia**

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

#### **Supervisão**

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Everson da Silva Moura

#### **Editoração**

Aeromilson Trajano de Mesquita

Anderson Silva Reis

Cristiano Ferreira de Araújo

Danilo Leite de Macedo Tavares

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

*The manuscripts in languages other than Portuguese  
published herein have not been proofread.*

#### **Livraria Ipea**

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: [livraria@ipea.gov.br](mailto:livraria@ipea.gov.br)



## **Missão do Ipea**

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.



**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA

